

## FALANDO COM PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SEXUALIDADE NA SALA DE AULA: A PRESENÇA DO DISCURSO BIOLÓGICO<sup>1</sup>

**Paula Regina Costa Ribeiro**

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Av. Itália km 8 Campus Carreiros

96201-900, Rio Grande, RS, Brasil

Neste estudo, questiono o entendimento da sexualidade como universal e biologicamente determinada – um atributo biológico – ao entendê-la como uma construção histórica e cultural que articula saberes/poderes para o governo do sexo através dos corpos e das maneiras de as pessoas viverem os seus prazeres. É nessa perspectiva que venho realizando meus estudos, nos quais busco ver e entender como a sexualidade tem sido tratada nas práticas escolares das séries iniciais. Como estratégia analiso narrativas de algumas professoras quando participaram do curso “Discutindo e refletindo sexualidade-AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental”. As professoras, ao narrarem suas práticas escolares, destacaram o predomínio do discurso biológico como estratégia pedagógica para “ensinar” sobre a sexualidade nas suas salas de aula. No curso e neste estudo problematizo o corpo como pura materialidade biológica, ao discutir a sexualidade como efeito de práticas culturais de inscrição nos corpos, entre elas, as do campo biológico. Ao pensar a sexualidade como um artefato, uma invenção que se constituiu e constitui na correlação de múltiplos elementos sociais presentes na família, medicina, educação, psicologia, procuro estabelecer algumas conexões com os Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas, bem como com algumas proposições de Foucault. Este estudo possibilitou-me ver que, nas práticas escolares, a sexualidade tem-se configurado como um dispositivo que vem atuando especialmente através das informações, descrições, prescrições e categorizações dos campos biológico e da saúde. Nessa discursividade científica, a sexualidade tem sido tomada como um atributo de natureza puramente biológica, cuja genitalidade e os conhecimentos e procedimentos a ela associados não só garantem um comportamento saudável e o autocuidado do corpo, mas também fixam nos sexos (atributos biológicos) e explicam a partir deles aquilo que é da natureza do homem e da mulher. A esse respeito, as experiências das professoras tornaram visível que, no espaço das salas de aula, funcionam mecanismos de interdição controlando o que, quem e como se fala/trata da sexualidade, especialmente através do discurso biológico e daquele/a que assume a posição de ser seu porta-voz. Embora em circunstâncias tidas como informais tenham aparecido outras maneiras de lidar/falar a respeito dos sexos, nas situações representativas das práticas escolares tais maneiras foram interdidas pelo modo científico de abordá-los, os sistemas reprodutores e os conhecimentos associados a eles. Como porta-vozes desse modo “correto” de abordar, nomear e conhecer as estruturas sexuais apareceram particularmente os livros didáticos e os/as professores/as de ciências. Fora do espaço escolar, como uma outra pedagogia que ensina conhecimentos relacionados ao funcionamento dessas estruturas do corpo e à origem de um novo ser humano, apareceram as revistas e os programas de televisão. Emergiram, ainda, outros discursos normatizando e autorizando ou não a abordagem da sexualidade, nas séries iniciais, como, por exemplo, os da criança inocente-assexuada e da família-reprodução, que funcionaram regulando como, quando e o que poderia ser falado e respondido para as crianças a respeito de tal questão.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na **IV Anped-Sul, Florianópolis, 2002.**